

ISSN 0101 - 3335

# LETRAS DE HOJE

Nº 136

JUNHO DE 2004



**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**  
Curso de Pós-Graduação em Letras



# LETRAS DE HOJE

REVISTA TRIMESTRAL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM LETRAS - PUCRS

ISSN 0101-3335

**Chanceler**  
Dom Dadeus Grings

**Reitor**  
Professor Norberto Francisco Rauch

**Vice-Reitor**  
Professor Joaquim Clotet

**Pró-Reitor de Administração**  
Professor Antonio Mario Pascual Bianchi

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação**  
Professora Solange Medina Ketzer

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**  
Professor Urbano Zilles

**Pró-Reitor de Extensão Universitária**  
Professor Paulo Roberto Girardello Franco

**Pró-Reitora de Assuntos Comunitários**  
Professora Helena Wilhelm de Oliveira

**Diretor da Revista**  
Prof. Elvo Clemente

**Conselho Editorial para Assuntos Lingüísticos**  
José Marcelino Poersch, Leonor Scliar Cabral, Lecl Borges Barbisan, Regina Ritter Lamprecht, Leda T. Martins, Carmem Lúcia M. Hernandorena

**Conselho Editorial para Assuntos Literários**  
Gilberto Mendonça Telles, Petrona Domínguez de Rodríguez Pasqués, Regina Zilberman, Urbano Zilles, Maria Eunice Moreira, Carlos Alexandre Baumgarten

Pedidos de assinaturas e permutas devem ser encaminhados para EDIPUCRS.

Assinatura anual - Preços 2004:

Brasil	-----	R\$38,00
Exterior	-----	US\$34,00
Número avulso	-----	R\$12,00

Formas de pagamento:

Cheque nominal à  
EDIPUCRS

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33  
Caixa Postal 1429

90619-900 - Porto Alegre - RS - BR

E-mail: edipucrs@pucrs.br

www.pucrs.br/edipucrs/

Os artigos para publicação devem ser encaminhados para:

Revista Letras de Hoje  
Pós-Graduação em Letras - PUCRS

A/c Prof. Elvo Clemente

Caixa Postal 1429

90619-900 - Porto Alegre - RS.

A Revista aceita permutas

On demande l'échange

We ask exchange

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

Composição:  
SULIANI

Impressão:  
EPECÊ

L649 LETRAS DE HOJE/Curso de Pós-Graduação em Letras  
PUCRS, -n.1 (out. 1967)-, - Porto Alegre: EDIPUCRS, 1967 - v.; 22cm  
Trimestral  
ISSN 0101-3335  
1. Lingüística - Periódicos. 2. Literatura - Periódicos  
I. PUCRS. Curso de Pós-Graduação em Letras.  
CDD 405  
805  
CDU 8(05)

Publicação indexada em CLASE (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades)

Índices para Catálogo Sistemático  
Lingüística: Periódicos 90(05)  
Literatura: Periódicos 62/89 (05)  
Periódicos: Lingüística (05)90  
Periódicos: Literatura (05) 62/89

## Letras de Hoje

Estudos e debates de assuntos de lingüística,  
literatura e língua portuguesa

TEMAS DE HISTÓRIA DA LITERATURA

Organizado por  
Prof. Ir. Elvo Clemente

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PUCRS

## Sumário

---

Apresentação <i>Elvo Clemente</i>	5
--------------------------------------	---

---

Sérgio Buarque de Hollanda: um capítulo à parte na História da Literatura Colonial <i>Socorro de Fátima P. Vilar</i>	7
--	---

---

Nossos homens em Lisboa: A literatura brasileira em fontes portuguesas no século XIX <i>Maria Eunice Moreira</i>	21
--	----

---

Nos <i>Crepúsculos</i> , as "luzes das letras" <i>Regina Zilberman</i>	35
---	----

---

Ronald de Carvalho e a escrita da <i>Pequena história da literatura brasileira</i> <i>Carlos Alexandre Baumgarten</i>	47
---	----

---

<i>Frisson</i> de loucura ou preconceito? A recepção das vanguardas literárias europeias na imprensa de Porto Alegre (1900-1937) <i>Dilamar Paulo Jahn e Sônia Regina Vieira</i>	55
---	----

---

Resquícios da cultura popular: o comer e o beber em Jorge Amado <i>Tânia Pellegrini</i>	69
---	----

---

Fazedeiro de poesias: uma leitura do livro ensaios fotográficos de Manoel de Barros <i>Luciete Bastos</i>	85
<i>Os mortos</i> de Joyce a Huston <i>Maria da Glória Bordini</i>	97
The intertext of fact and fiction in the prose of Lúcio Cardoso <i>William Valentine Redmond</i>	113
Resenha <i>Luciete Bastos</i>	123

## Apresentação

*Elvo Clemente*

*Letras de Hoje* dedica o número de junho de 2004 a temas relacionados à História da Literatura, especialmente à história da literatura brasileira. Estudos sobre autores brasileiros do século XIX, ou sobre historiadores da literatura, como Sérgio Buarque de Hollanda e Ronald de Carvalho, que atuaram no século XX e debruçaram-se sobre a tradição nacional, comprovam a assertiva anterior. O século XX aparece igualmente por meio de ensaios que abordam a modernidade européia, com seus reflexos no Rio Grande do Sul, conforme ocorreu ao Surrealismo francês, ou em outros meios de comunicação, como o cinema, veículo que deu expressão a um dos contos de James Joyce e colaboração interessante nos vem pelas mãos de Gilberto Mendonça Teles do estudioso da literatura brasileira, Prof. William Valentine Redmond com o artigo "The intertext of fact and fiction in the prose of Lucio Cardoso".

O melhor da literatura brasileira contemporânea não fica de fora: Jorge Amado, pelo ângulo da ficção, e Manoel de Barros, pela poesia e pelo fazer poético, expressam o compromisso permanente de *Letras de Hoje* com nossa cultura e nosso tempo.

## Sérgio Buarque de Hollanda: um capítulo à parte na História da Literatura Colonial\*

Socorro de Fátima P. Vilar\*\*

*Para o professor João Adolfo Hansen*

É enorme a responsabilidade que tenho ao comentar sobre a obra de Sérgio Buarque de Hollanda, em terreno de historiadores. No entanto, procurarei imitá-lo, transitando, como ele o fazia, sem muita cerimônia, pelo terreno da história e da crítica literária. Na verdade, o que fascina a todos, tanto na figura do historiador como na do crítico é a sua incomum e admirável erudição. Antonio Candido, que foi seu amigo pessoal, considera-o o homem mais erudito com quem conviveu e faz tal observação lembrando o número de pessoas cultas, tanto brasileiras como estrangeiras, com quem conviveu ao longo da vida. É essa erudição o que faz da sua obra-prima – desse monumento – que é *Visão do Paraíso* um livro atual, tanto que até o momento muitos historiadores e críticos literários ainda não conseguiram perceber que o tema do Paraíso Terreal é, como afirma o historiador, “um modo de interpretar a história, um efeito da história e um fator da história”.

Foi esta erudição a responsável pelo fato de o autor não se deixar levar totalmente pelo conceito de Renascimento, uma invenção de Jules Michelet, que previa uma ruptura completa com a concepção de mundo medieval e levou muitos críticos literários e historiadores a enveredarem por análises anacrônicas e leituras equivocadas da produção escrita do mundo lusitano dos séculos

\* Este texto foi apresentado em Palestra proferida nas comemorações do centenário de Sérgio Buarque de Hollanda, promovidas pelo CCHLA e NIDHIR, na UFPA.

\*\* Universidade Federal da Paraíba.

XVI e XVII. Atualmente, sabemos que com relação ao mundo ibérico essa concepção teológica, providencialista da história, que levou o descobridor Colombo a julgar que estaria próximo ao Paraíso, uma vez que as descobertas deste Novo Mundo obedeciam às profecias bíblicas e às certezas formuladas pelos enciclopedistas medievais, perdurou no reino português até meados do século XVIII (Hansen, 2002). Embora sem explicitar, o que observamos na interpretação de Sérgio Buarque de Hollanda, no momento em escreve a história a partir da permanência e migração dos *topos*, como era o da descoberta do Éden e a sua localização na Quarta parte do mundo, é a concepção da narrativa histórica como discurso construído, tecissitura verbal, modulada também a partir de procedimentos retóricos, que colocam o historiador no campo da crítica literária.

Para Antonio Candido, Sérgio Buarque de Hollanda foi o maior crítico literário brasileiro do século 20, "havia nele, junto e por vezes inseparável do historiador". Seu interesse pela literatura colonial surgiu ainda na década de 40, paralelo à publicação dos estudos sobre a história da colônia, dos quais resultaram o livro *Monções* e o ensaio "Índios e mamelucos na expansão paulista". Como crítico, ele produziu intensamente e de forma assistemática, principalmente nas décadas de 40 e 50, fazendo crítica nos jornais *Diário de Notícias* e *Diário Carioca*, quando então "sua atividade se repartia entre as duas vocações": de historiador e de crítico. Ambas as vocações surgem da posição de assistente que foi, simultaneamente, do historiador Henri Hauser e do professor de Literatura comparada, Tronchon. Sobre a sua atividade de crítico, ele próprio afirma o seguinte: "[...] julgo que o exercício da crítica, mesmo que não a aperfeiçoasse, não transtornou minha vocação principal, de historiador. Inclino-me à suposição de que ela foi ao cabo proveitosa, embora não seja eu o melhor juiz para dizê-lo" (Candido, 1991, p. 11).

Talvez pelo fato de não ter exercido a crítica de forma assídua e sistemática – seus estudos e análises sobre a literatura foram todos organizados postumamente –, só agora, com as comemorações do seu centenário, possamos avaliar o seu papel na tradição da historiografia literária brasileira. Neste ensaio, nos interessa particularmente o historiador e o crítico da produção "literária" do Brasil Colônia, cujos escritos elaborados principalmente na década de 50, entre os anos de 1953 a 1956, foram reunidos e organizados por Antonio Candido, em 1991, sob o título de *Capítulos de literatura colonial*. Na verdade, sua aproximação com os escritos coloniais teve início na década de 50, quando produz outra obra, de funda-

mental importância para os estudos da literatura colonial: trata-se da *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial* (1953), que se constituiu como parte de um projeto encomendado pelo Ministério da Educação, no tempo do ministro Gustavo Capanema, do qual fazem parte Manoel Bandeira, com uma antologia dos poetas do romantismo e do parnasianismo, e Andrade Murici, com os poetas do simbolismo. Essa obra, que se esgotou antes mesmo de o crítico retornar do exterior onde passara dois anos, foi reeditada pela Editora Perspectiva, em 1977. Sua reedição, tantos anos após seu lançamento, oferece a uma geração de estudiosos da literatura colonial, a maneira mais adequada de se acercar desses textos.

Provavelmente, esteja chamando a atenção para um fato de somenos importância aos historiadores, um lugar-comum nos estudos históricos, quando saliento, por exemplo, o seu cuidado com as fontes de onde retira os textos, principalmente, o seu gosto pelas fontes primárias, os seus comentários sobre edição *princeps* e a etimologia das palavras o que torna o seu trabalho mais que uma Antologia dos poetas brasileiros do período colonial, um consistente estudo filológico de estabelecimento dos textos. Além disso, os críticos e historiadores da literatura aprendem com ele que todo texto tem uma história e essa história é também a dos suportes que o deram a ler, dos copistas, das inúmeras impressões. O certo é que com essa obra percebemos, primeiramente, as "traições" que copistas e impressores cometem nos textos, o que é uma maneira de dessacralizá-los, de se apropriar deles em suas condições materiais, nos suportes em que são dados a ler, algo impensável na década de 50. Nesse sentido, as poesias que apresenta – longe da versão definitiva e acabada com que são publicadas ainda hoje em várias antologias – trazem a sua história, as suas transformações; ou dizendo de outro modo, utilizando um termo contemporâneo, ele nos apresenta a sua arqueologia, as condições de produção e a leitura daqueles que se apropriaram do texto.

Outro dado a considerar nesta *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*, do ponto de vista da história da literatura, é a abrangência da sua seleção. Longe do cânone estabelecido pelos românticos – que valorizava tão somente as obras que apresentassem a "cor local" – a coletânea de Sérgio Buarque de Hollanda inclui um variado número de escritos e escritores, o que possibilita ao estudioso do período um panorama mais verossímil e menos anacrônico da produção da época. Por causa desta seleção, percebemos que a predominância da produção colonial pertence ao gênero demonstrativo, com ênfase no caráter áulico desses textos. O livro de Jorge Couto, *Perfil do leitor colonial*, recentemente publi-

cado, com pesquisas sobre os textos que efetivamente circulavam na Colônia, demonstra que, ao contrário do cânone heróico formulado pelos românticos, os livros que efetivamente eram lidos, ou comprados e arrolados em inventários – lembremos com João Adolfo Hansen (2000) o modelo oral de circulação dos textos coloniais – eram os de caráter religioso. Tanto nos *Capítulos de literatura colonial*, com a inclusão das desconhecidas “Epopéias clássicas”, como veremos mais adiante, como na *Antologia*, observamos o seu cuidado em registrar e analisar estes autores e obras que, banidos gradativamente das antologias e histórias da literatura brasileira, parecem nunca ter existido na Colônia.

Em *Capítulos de literatura colonial*, podemos iniciar a sua abordagem comentando um pouco da sua história, que nos é contada por Antonio Candido, seu organizador. Segundo o crítico, em fins de 1988, a esposa de Sérgio, Maria Amélia Buarque de Hollanda, o procurou com textos inéditos do seu marido, que ela havia identificado e organizado. A leitura feita por Antonio Candido mostrou ser aquele material parte de um projeto maior do autor, uma obra de grande extensão, provavelmente o volume *Literatura colonial*, da coleção *História da literatura brasileira*, planejada na década de 40, por Álvaro Lins para a editora José Olímpio (Candido, 1991, p. 7-8). Desta coleção só foram publicados *Literatura oral*, de Câmara Cascudo e *Prosa de ficção*, de Lúcia Miguel Pereira. Antonio Candido identifica com o tempo que passou como professor da Universidade de Roma a pesquisa bibliográfica que o familiarizou com autores italianos de várias épocas, principalmente dos séculos XVI, XVII e XVIII. Além do mais, muitas das informações acuradíssimas e atuais, encontradas neste livro, são frutos de sua pesquisa no próprio acervo da Arcádia Romana.

Essa permanência em Roma e o contato com o com o acervo da Arcádia Romana teriam, ainda segundo Antonio Candido, renovado o seu antigo interesse pelo Barroco, fato que o levaria a idealizar um grande livro sobre o período colonial, e que passou a ser anunciado a partir da 3ª edição de *Rafes do Brasil*, em 1956, quando arrola entre as suas obras em preparo, *A era do Barroco no Brasil*. O plano desta obra parece ter sido consequência da fase em que o historiador se dedicou com bastante ênfase aos escritos literários, fase que terminaria em 1956, quando foi nomeado professor de História da Civilização Brasileira, da Universidade de São Paulo. Nesse tempo, ele teve que se preparar para o concurso de cátedra, em 1958, para o qual escreveu o sempre atual *Visão do paraíso*, que, segundo sua esposa, foi escrito em apenas um ano de trabalhos incessantes.

Dessa forma, o livro *Capítulos de literatura colonial* reúne parte da produção crítica do autor, publicada de forma assistemática no *Diário de Notícias*, e outra que pode ser lida no livro *Tentativas de Mitologia*. Terminada esta longa, mas necessária história do livro, passo agora a minha leitura destes textos, partindo de duas observações de Antonio Candido que, a meu ver, caracterizam a abordagem que Sérgio Buarque de Hollanda faz da produção “literária” do período colonial. A primeira diz respeito ao fato de que: “Este material é de grande interesse e talvez não seja exagero dizer que muitas das análises e observações nele contidas são as mais sólidas e brilhantes, as mais eruditas e imaginosas jamais feitas no Brasil sobre o assunto” (Candido, 1991, p. 8).

A segunda observação de Candido considera que, embora em muitos aspectos o historiador siga frequentemente a tradição crítica brasileira, principalmente no texto “Panorama”, cujo objetivo parece ser o de apresentar “a literatura colonial de maneira clara”, o que se observa “é que em alguns pontos se afasta dela, não só pela maneira independente de conceber o período na sua relação com as literaturas matrizes, mas pelo relevo dado a certas obras e autores” (1991, p. 13). A combinação dessas duas características levou o autor a evitar, ainda na década de 50, os estudos anacrônicos sobre os escritos coloniais, herdados que foram da concepção romântica de arte e de literatura que ainda hoje norteiam a maioria das abordagens sobre a colônia.

Vou tentar, de forma resumida, situar historicamente a criação letrada dos séculos coloniais, que à época não se caracterizava como literatura, como a denominamos a partir do século XIX, na tentativa de demonstrar a pertinência e a admirável atualidade dos *Capítulos de literatura colonial*. Começo, citando João Adolfo Hansen (1999, 2002), pela premissa básica de que as noções de validade estética, originalidade, criação individual são alheias aos homens que escreveram na fase anterior ao iluminismo. Nesta época, os critérios de escrita de todo e qualquer texto eram fundados em modelos retóricos aristotélicos, principalmente o do gênero demonstrativo ou epidítico, que abrigavam as mais diversas formas de poesia e de prosa, variando da ode à epopéia, do romance, poema narrativo, aos sermões, passando pelas epístolas satíricas, etc. Não havia criação fora dos padrões da imitação de obras consagradas como a *ut pictura poesis* horaciana, por isso o desconhecimento de noções como o de originalidade, pois o que prevalecia eram os padrões da *invenção*, baseados em prescrições retóricas, constituídas historicamente.

Afastando-se da tradição da crítica literária brasileira, Sérgio Buarque de Hollanda, graças a sua erudição, percebe o anacronismo de comparar os árcades com os românticos, ao afirmar "que o poeta árcade não se interessa, de fato, na afirmação da personalidade; suas obras ele não as concebe como originais, só válidas na medida em que dependam em que se mostrem radicalmente distintas das obras alheias" (Hollanda, 1991, p. 214). Ao contrário do que vemos em críticos de renome, até o momento, o historiador sabe que os temas, ou os *topoi*, esse conjunto de "assuntos" possíveis, retirados de um acervo comum a todos, por exemplo, eram construídos a partir de tópicos tradicionais da *invenção* que, a depender da *disposição* do assunto e do uso das figuras da elocução consagradas, ganhavam o estatuto de produção historicamente determinada, e por isso mesmo necessitariam ser avaliados não como objeto individual, projeto pessoal de ruptura, mas como "poder de invenção".

O fato é que esta compreensão acerca dos escritos coloniais evita os estudos anacrônicos e a aplicação de conceitos exteriores à época, entre os quais a transcendência, que substancializa as obras e garante uma áurea misteriosa à literatura, tão cara aos românticos. Ora, mas este modo de se acercar desses textos, como produções historicamente datadas, é muito recente. Isso significa dizer que as pertinentes observações, deste crítico visionário, com perdão da licença poética, nunca entraram e estão longe de entrar nos manuais de história da literatura muito difundidos nos cursos de letras. No Brasil, estes estudos não anacrônicos da produção colonial têm início na década de 80, com a pesquisa pioneira de João Adolfo Hansen, *A sátira e o engenheiro*, no qual tenta provar que, ao contrário do que se cristalizou ao longo de três séculos, Gregório de Matos não é moderno, nem pós-moderno, nem é marxista, racista, carnavalizador, revolucionário ou mesmo nacionalista e que o plágio que mancha a sua reputação de poeta "original" era modelo de criação no século XVII. Este modo de se acercar dos textos coloniais, buscando "as determinações convencionais e históricas constitutivas dos sentidos verossímeis", não se configura como um "padrão compreensivo de abordagem" nem mesmo na contemporaneidade, tanto que para defendê-lo em seu livro recentíssimo, *Máquina de Gêneros*, Alcir Pécora, que também se aproxima da obra de Vieira a partir dessa perspectiva, o faz, até de forma irônica, em um prefácio com o sugestivo título, *À guisa de manifesto*.

Passo agora à análise de *Capítulos de literatura colonial*, buscando evidenciar principalmente esse olhar não anacrônico que se revela nas análises de Sérgio Buarque de Hollanda. Esta análise se

deterá principalmente nos capítulos: 'O ideal heróico', 'As epopéias sacras', 'O mito americano' e o 'Ideal arcádico'. Na introdução que faz aos *Capítulos*, Antonio Candido chama a atenção para a acertada desconfiança do historiador em relação a toda e qualquer ruptura em relação ao período colonial. Na verdade, esse ponto de vista ia de encontro ao estudo do Arcadismo, e da validade de certas obras, a partir de conceitos alheios ao tempo, como os *pré-romântico*, por exemplo. E de que forma o faz? Através de um modo próprio e independente de estudar o passado, que consiste em valorizar as condições históricas de sua produção. Por exemplo, para provar o caráter panegírico de *Prosopopéia*, e seu louvor a Jorge de Albuquerque Coelho, como algo peculiar ao discurso historiográfico do século XVII, lança mão de outros textos articulando-os ao caráter de discurso heróico que estes poemas possuíam. Isso implica recuperar a perspectiva de discurso histórico, em textos tidos e havidos como literários e, portanto, isentos da ilusão positivista de neutralidade dos "documentos".

Esse tipo de análise, que insere o texto nas condições de produção da época, é observado na abordagem que faz do poema de Bento Teixeira. Ele lembra à época o fato de quando o historiador português Manuel Severim de Faria encomenda uma história do Brasil a Frei Vicente do Salvador, este compõe duas: uma em prosa e outra em verso, esta última perdida, mas escrita à maneira da *Prosopopéia*, e de Camões, que frei Vicente chama à época de historiador, ao lado de outros como Diogo do Couto e João de Barros. Além disso, ao contrário de denunciar o artificialismo com que até hoje acusam a *Prosopopéia*, Sérgio Buarque de Hollanda recupera os temas e as convenções poéticas da época, como algo legítimo, posto que verossímil. E assim justifica uma passagem do texto de Bento Teixeira: "neste caso, como em outros semelhantes, nem o poeta precisaria de escrúpulos para torcer a verdade em favor de sua personagem, nem esta, se o lesse, em aceitar a falsificação lisonjeira, pois esses recursos, que hoje nos parecem insólitos, mesmo numa composição poética, seriam lícitos e louváveis no século XVI" (Hollanda, 1991, p. 35).

Como já me referi anteriormente, pesquisas recentes têm demonstrado que entre os gêneros preferidos dos parcos leitores da colônia, encontrava-se o discurso religioso em suas mais variadas formas – missais, breviários, vida dos santos, a vida de Cristo. Esses textos, no entanto, foram banidos do cânone literário. Em *Capítulos de literatura colonial*, Sérgio Buarque de Hollanda retoma as epopéias sacras que "já floresciam em quantidade espantosa justamente na Espanha do século XVII". O autor analisa o poema *Eus-*



táquidos, sobre a vida de Santo Eustáquio, mártir que de acordo com a *Legenda dourada* teria vivido sob o reinado de Adriano. O poema, publicado em Lisboa por volta de 1769, constitui um dos raros exemplos, em toda a literatura brasileira, da epopéia de caráter hagiográfico. Publicado anonimamente, Varnhagen no seu *Florelégio da Poesia brasileira* o atribuirá ao frei Manuel de Santa Maria Itaparica. Em apêndice do volume, figura a "Descrição da Ilha de Itaparica", que, em detrimento do "poema" principal, passará à posteridade, como exemplo de nativismo. É interessante observar que nem mesmo Sérgio Buarque de Holanda deixará de incorporar esse valor, mas o aspecto importante a ressaltar na leitura que o historiador faz de um poema, digamos, pouco expressivo nos quadros da literatura colonial, é demonstrar que a idéia do Padre Antônio Vieira, de um V império bíblico, ou essa concepção teológica do mundo, que atualmente norteia os estudos coloniais, se propagou até meados do século seguinte, assim como o modo culto de escrever. Além disso, ao arrolar outras obras, de filiação francesa e espanhola, cujo assunto é a vida do Santo, ele demonstra as relações que os escritos coloniais estabeleciam com outras tradições literárias, e não apenas com a portuguesa. Como indica o título do capítulo – "Epopéias Sacras" – o autor analisará outras obras, entre as quais *A história do predestinado peregrino e seu irmão Precito*, do padre jesuíta Alexandre de Gusmão, impresso em 1682. Outro livro, dos mais lidos no período colonial, é *o Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, poema narrativo, que mistura as metáforas e alegorias próprias ao estilo culto, a uma concepção teológica do mundo.

Com relação à Virgem Maria, que tantas produções inspirou nos séculos XVI, XVII e XVIII, não só no Brasil, mas em todo o mundo ibérico e cristão, Sérgio Buarque de Holanda menciona o poema de Anchieta em seu louvor, mas assim como os críticos românticos, o excluem do cânone por ter sido escrito em latim. Importante, porém, é a menção a outra composição, em versos decassílabos, de Antonio Cordeiro da Silva, impresso em 1760, com o nome de *Maria imaculada*, bem como a análise exaustiva que faz de outro poema em louvor à Virgem, escrito pelo frei de São Carlos no século XVIII, mas só publicado em 1819, com o título *A Assunção, poema composto em louvor...* Nessa análise, o que faz a diferença entre a posição particular de Sérgio Buarque de Holanda e a dos críticos contemporâneos e anteriores a ele é exatamente a sua admirável erudição. Toda a atenção que dispensa à obra, uma remanescente do Seiscentos, advém do fato de perceber o seu valor, mesmo tendo sido produzida fora do seu tempo, mesmo se

tratando de conteúdo religioso. Ao contrário daqueles que lêem o Barroco pela via de Wollfin, que o inventou, o historiador vai às fontes primárias, no caso o italiano Emanuele Tesaurò, e vê descrita a formulação por excelência, que norteou os homens do século XVII: "é através de símbolos figurados que Deus, *argutto faelatore* [...], descobriu, encobrendo-as, e pintou, sombreando-as num claro-escuro, as mais altas e peregrinas verdades. E se assim o fez, foi, entre outras razões sugeridas pelo mesmo teórico para que a obtusa e temerária turba não se presuma intérprete de conceitos divinos, mas só os mais felizes e agudos engenhos, cientes dos celestes segredos, saibam inculcar os mistérios disfarçados sob o sentido literal [...] e, com influxos sucessivos e descendentes, o nume venha a aprender de si mesmo, o sábio do nume e o idiota do sábio" (Tesaurò, apud Holanda, 1991, p. 75).

Deste capítulo, podemos tirar algumas conclusões acerca da chamada literatura colonial. Primeiro: parte considerável do que se lia e se produzia na colônia era de origem religiosa, razão pela qual, os jesuítas e os franciscanos dominaram a produção literária do período; segundo, que o estilo culto do Seiscentos perdurou para além do Arcadismo e que tinha razão o historiador em não atribuir qualquer ruptura ao período; por último, e, talvez, o mais importante, foi perceber que, ao contrário do que julgavam os românticos, o índio representado pela produção escrita da colônia não era "símbolo glorioso da nacionalidade nascente, mas representação alegórica e emblemática da América, símbolo de algo novo a ser decifrado", como o afirma sabiamente o historiador.

Bastaria o estudo deste capítulo para demonstrar o significado das leituras de Sérgio Buarque de Holanda sobre a produção escrita da colônia. No entanto, há muito mais a ser dito e, por isso, tentarei fazê-lo de forma resumida. Do capítulo intitulado "O mito americano" também é significativa e original a análise que faz de outra narrativa épica, também de outro frei; trata-se de *o Caramuru*, obra do Frei José de Santa Rita durão, publicada pela primeira vez em 1781. Embora o título – o mito americano – sugira uma abordagem por demais comum do poema, aquela que o toma como precursor do sentimento nacional, alguns aspectos significativos e inéditos em relação à obra são por ele levantados. Primeiramente, ele tem a preocupação de registrar o modo como Durão redigia a sua epopéia. Se à época, como afirma o historiador, tratava-se de uma curiosidade digna de registro, atualmente, os estudos das práticas de leitura e escrita tornam estes registros fundamentais para conhecê-los. Assim o fazia Durão: "pela ma-

nhã, metia-se no banho, porque ele conservou sempre esse costume de sua terra, e ali ditava com facilidade pasmosa as Estanças que José Agostinho (seu confrade) ia escrevendo. De tarde e pela fresca, dirigia-se à cerca do Mosteiro, e ali, sentado em um assento de pedra, lhe ia lendo José Agostinho as Estanças compostas pela manhã e ele fazendo-lhe as emendas que lhe pareciam necessárias, dava ordem ao amanuense para as por a limpo (Hollanda, p. 93). A rigor, as leituras de o *Caramuru* salientam apenas o sentimento nativista", razão inclusive de sua valorização, sobretudo pelos românticos. Mais uma vez, antecipando as recentes interpretações sobre a colônia, o autor de *Capítulos de literatura colonial* evita o anacronismo dos seus antecessores e contemporâneos, ao distinguir com muita lucidez os aspectos teológicos que informaram esta obra de fins do século XVIII. O crítico compreende o sentido tropológico, ou figurado, que o poeta confere à natureza e, por isso foge do lugar-comum anacrônico de supor estas obras reprodução de uma realidade exterior, ou, para dizer com Alcir Pécora "formas em que se vazam conteúdos externos a ela (s)" e não "determinações convencionais e históricas constitutivas dos sentidos verossímeis de cada um desses textos" (2001). Essa mesma concepção encontra-se formulada nos *Capítulos* e, apesar de longa, merece ser citada na íntegra. Sobre o *Caramuru* e o seu autor, Santa Rita Durão, afirma Sérgio Buarque de Hollanda:

*A tendência, que partilha com tantos autores na sua época e, ainda mais, de épocas anteriores, para conceber o mundo criado por Deus como uma espécie de código moral, de modo que as formas mais profanas da natureza se projetem num plano simbólico, quase se limita aqui às plantas. Do reino animal, só o bicho preguiça parecer ter títulos suficientes para inscrever-se no "livro da natureza", comportando até certo ponto, um significado figurativo ou tropológico, não apenas imitativo, pois nela se vê "espelho da gente que é remissa".*

Mas não seria essa irredutibilidade à expressão simbólica e espiritual a condição própria de um mundo ainda imerso na ignorância mais treta? Se Deus fez os animais destituídos do lume da razão, não foi por um capricho gratuito e sim para que, através deles, de sua aparência e conduta espontâneas, agisse a própria luz da razão divina. É por isso mesmo que eles facilmente se convertem em símbolos edificantes de grandes verdades morais [...]. Nos novos continentes parece lícito supor que a "Bíblia da Natureza" há de permanecer um livro fechado, ao menos no que diz respeito ao reino animal, enquanto não soe também para eles a hora da redenção" (Hollanda, p. 104). (Grifos nossos)

Ora, o que Sérgio Buarque de Hollanda antecipa, nesta acuradíssima análise, é a compreensão de uma época em que se verifica o "privilégio absoluto da escrita", como afirmará Michel Foucault, em *As palavras e as coisas*. A interpretação do historiador dá conta de que toda a escrita e toda a forma de saber do século XVII ibérico é interpretação. O entrelaçamento da linguagem com as coisas, em um espaço que lhe seria comum, supõe um privilégio absoluto da escrita, pois o que Deus depositou no mundo são palavras escritas; todas as coisas são o Verbo de Deus, que escreveu a Palavra bíblica e o Texto das coisas, ou para usar as palavras do próprio Sérgio, a "Bíblia da natureza". Por isso, ele percebe os sentidos figurativos e moral da analogia construída por Santa Rita Durão entre a preguiça e a "gente remissa". Como o outro texto de Deus, a *Bíblia*, que previa para a sua interpretação os sentidos alegórico, anagógico, tropológico e histórico, Sérgio Buarque de Hollanda interpretava corretamente a concepção teológica segundo a qual, nesta outra bíblia, que é o livro da natureza, "Deus fez os animais destituídos do lume da razão, não por um capricho gratuito e sim para que, através deles, de sua aparência e conduta espontâneas, agisse a própria luz da razão divina. É por isso mesmo que eles facilmente se convertem em símbolos edificantes de grandes verdades morais" (p. 105). Assim, a tarefa do poeta, bem como a do historiador é fazer esta natureza falar. Todo o texto é assim um comentário, no dizer de Foucault, dessa linguagem enigmática do murmúrio que há em todas as coisas. E não é isto o que afirma o crítico brasileiro, com outras palavras, pelo menos com mais de uma década de antecedência, ao mencionar "que, ao lado do significado literal sugerido pela sua simples contemplação, prestam-se as diferentes interpretações – alegórica, tropológica e anagógica – que a emblemática discernira e de que os poetas fizeram tão grande uso. É bem claro, porém, que essas mensagens divinas só podem ter sido para a humanidade já de certo modo espiritualizada e apta a decifrá-las" (Hollanda, p. 105).

Passo agora a última parte de nosso estudo, com a análise do capítulo "O ideal arcádico", na minha opinião o melhor do livro, onde observamos, além da sua total independência de pensamento, a presença de um teórico da literatura. É aqui que aquela erudição, anteriormente aludida, faz toda a diferença na leitura de uma época tão importante quanto à do período que os historiadores da arte, do século XX, denominaram de Barroco. Sérgio

Buarque de Hollanda questiona esta “etiqueta cômoda” que ajudava “extraída da história da arte, em particular da arquitetura, ajudasse insensivelmente a reduzir o período batizado, a uma unidade coerente, compacta e inconfundível em todos os aspectos, sempre igual a si mesma” (1991, p. 178). Outra distinção que hoje sabemos inexistente, e que é por ele colocada em cheque, é a possibilidade de o Barroco se contrapor ao Renascimento. Sobre a Arcádia Romana, sabemos – a partir das pesquisas que realizou em seus arquivos – que foi promovida por D. João V que, com as riquezas do Brasil, doou uma faixa de terreno para servir de sede às reuniões acadêmicas, às solenidades lítero-musicais e aos jogos olímpicos. Para aqueles que estabelecem uma relação de simultaneidade entre a Arcádia Romana e o movimento em Portugal, o historiador lembra que: “o zelo mostrado por D. João V pelo êxito de movimentos inovadores surgidos no estrangeiro [...] não tivesse correspondência exata em seu país e em seu reinado. Não parecia excessivo dizer-se mesmo daquele zelo que é explicável antes pelo afã de ver magnificada sua obra além das fronteiras lusitanas, do que por um sincero empenho reformador” (1991, p. 190-191). Reforma mesmo, lembra o crítico historiador, só ocorrerá no reinado de D. José, quando se dará a verdadeira transformação intelectual, provocada pelo arcade Verney. Os círculos dominantes, entre os quais a *Fênix Renascida*, representavam forças conservadoras e resistentes a qualquer mudança. Curioso, por exemplo, é o caso de Antônio José da Silva, o judeu, em cuja obra Sérgio Buarque de Hollanda identifica estes novos ares, que em seu tempo, reagia a estas mudanças “estrangeiras”, em nome do espírito nacional (português, evidentemente). Dessa forma, aprendemos que, ao contrário do que ensinam os manuais universitários, a aversão dos “arcades” pelo “mau gosto” do seiscentos é menos estética, conceito de todo desconhecido à época, do que política: evitavam-se os modelos espanhóis.

Sobre a polêmica entre Arcades e Barrocos, lembrará, sabiamente, que foi sobretudo “epidérmica e exterior não envolvendo uma adesão cabal e franca”. A noção mesma de bom gosto, que ganhará no século XVIII o sentido de “natural”, ou de culto à razão e ao bom senso, fora ela mesma uma noção Barroca, criada pelo espanhol Baltazar Grácian. E diz mais: “Cultistas seriam também os arcades, à sua maneira: a diferença reside nisto apenas, que, desta vez, é ‘culto’ o ‘natural’ e o singelo, quando no século XVII, ‘culto’ fora o rebuscado e o obscuro. [...] o sonho da

arcádia ressurrecta, com suas campinas idílicas, suas ninfas ingratas e seus pastores fingidos, já não é, por si só, uma ficção barroca?” (Hollanda, 1991, p. 224). Uma última observação, só a título de curiosidade, diz respeito à contradição, observada e discutidíssima por alguns críticos, sobre o fato de Marília de Dirceu ser ora loura, ora morena. Ele demonstra que não devemos confundir a sua silhueta mortal, com a imagem formada pelo poeta, “onde entram elementos herdados da convenção, ou da tradição lírica”, portanto verossímeis do ponto de vista da época. O importante, afirma o historiador, é que “os traços exteriores de Marília não precisam corresponder aos de sua representação poética”. E para aqueles que vêem nos poetas mineiros os prenúncios do romantismo, o crítico ensina que os arcades, em contraste com os românticos, não estimavam as personalidades criadoras e independentes, mas os espíritos aptos a preservar, desenvolver e apurar a ordem convencional herdada dos antigos e maiores; é a oposição entre o gênio e o engenho, brinca ele. Aliás, ele se vale até mesmo da etimologia para demonstrar que o vocábulo “gênio”, segundo a concepção romântica, nem era registrada à época no dicionário inglês, onde julga-se, haveria uma sensibilidade “pré-romântica”.

Finalizo, com a certeza de que esse ensaio não esgotou a contribuição desse livro fundamental para os estudos da produção literária da Colônia e nem poderia, haja vista a riqueza de informações. Espero, no entanto ter demonstrado a importância de Sérgio Buarque de Hollanda como estudioso da literatura colonial e de como essa combinação de historiador e erudito fez dele o melhor e mais lúcido crítico literário do século 20. Espero também que a leitura parcial, que fizemos de sua obra, principalmente destes *Capítulos de literatura colonial*, livre o estudo das produções escritas desse período, principalmente aquela que convencionamos chamar equivocadamente de “literatura colonial”, do anacronismo com que vem sendo abordado, principalmente, pelos manuais utilizados nos cursos de Letras e pelos livros didáticos, do Ensino Médio.

## Referências

- ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus: Editus, 1999.
- CANDIDO, Antonio (Org. e introd.); HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: Ed. Unb, 1999.
- FOUCAULT, Michel. "A prosa do mundo". *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 4. ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- HANSEN, João Adolfo. "Leituras coloniais". In ABREU, Márcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: ALB; São Paulo: Fapesp, 1999.
- . "Ler & ver: pressupostos da representação colonial". [www.fortunecity.com](http://www.fortunecity.com). 22/01/02.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- . *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PÉCORÁ, Alcir. *Máquina de gênero*. São Paulo: Edusp: 2001.